



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM**  
Secretaria Municipal de Administração  
Divisão de Compras e Licitações  
- Divisão de Licitações -

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2021

**Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2021**

**PROCESSO 6076/2021**

**VALIDADE: 12 (doze) MESES**

Aos 02 dias do mês de junho de 2020, o Município de Erechim, por intermédio da Secretária Municipal Adjunta de Administração, Sra. Izabel Cristina Rocha Marinho Ribeiro, com sede na Praça da Bandeira, 354, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 87.613.477/0001-20, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 001, de 04/01/2021, publicada em **04/01/2021**;

Nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 3.931/01; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do Decreto nº 3.722/01; do Decreto Municipal nº 3.607/11 aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial** para **REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2021**, conforme Ata publicada em **04/06/2021** e homologada pelo Secretário de Administração;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **NOVAGRAFF EDITORA GRÁFICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **08.145.722/0001-46**, com sede na **Rua Gomes de Freitas nº487, Bairro Jardim Itu Sabará, CEP 91.380-000**, no Município de **Porto Alegre**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **Lisiane Copetti Vendruscolo**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **4.047.121.019** e CPF nº **658.336.510-34**, cuja proposta foi classificada em **1º** lugar no certame.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** A presente licitação tem por objetivo a Aquisição de materiais gráficos por Sistema de Registro de Preços - SRP, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, com Recursos Próprios. **EXCLUSIVO ME/EPP**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

| Item | Qtd/Uni        | Preço Unitário | Preço Total  | Especificação   |
|------|----------------|----------------|--------------|---|
| 1    | 10.000,0000 UN | R\$ 0,80       | R\$ 8.000,00 | Guia AEGHEL - 28 pgs ou 14 folhas , 4 x 4 cor, 21cm de altura x 15cm de largura fechado, acabamento grampeado, papel couche 170 gr (capa e miolo), 01 dobra.<br>A arte será fornecida pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo. |
| 3    | 1.000,0000 UN  | R\$ 2,12       | R\$ 2.120,00 | Sacola no tamanho 28 cm de largura - x 39 cm de altura x 10 cm de sanfona, com cordão em papel torcido, papel craft na cor pardo, impressão 4 x 0 cor, com ilhós niquelado e logomarca do evento  |



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM**  
Secretaria Municipal de Administração  
Divisão de Compras e Licitações  
**- Divisão de Licitações -**

do CAPS. Arte será fornecida pela SECOM.

4 5.000,0000 UN R\$ 0,20 R\$ 1.000,00

Folder - Eventos Sec. Cultura - Tamanho 42 cm x 30 cm aberto, 03 dobras, 4 x 4 cores, papel couchê 170 gr.

A arte será fornecida pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo.

5 1.000,0000 UN R\$ 0,20 R\$ 200,00

Certificado - Eventos Sec. Cultura - Tamanho A4, 4x0 cores, papel sulfite 180gr. A arte será fornecida pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo.

7 3.000,0000 UN R\$ 0,08 R\$ 240,00

Marca página - Eventos Sec. Cultura - medindo 15 x 5 cm, papel cartão 240 gr, 4 x 4 cores. A arte será fornecida pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo.

8 5.000,0000 UN R\$ 0,05 R\$ 250,00

Flyer - Eventos Sec. Cultura - 15x21cm, 4x0 cores, papel couchê 150 gramas. A arte será fornecida pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo.

9 5.000,0000 UN R\$ 0,16 R\$ 800,00

Folder: tamanho 21 cm x 29,7 cm aberto - 02 dobras, 4x4 cores, papel couchê 170 gr. A arte será fornecida pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo.

11 1.000,0000 UN R\$ 0,14 R\$ 140,00

Cartão de empréstimo para Livros: - medindo 13 cm de comprimento x 9 cm de largura, sulfite 60 na cor rosa, 4x4 cores. A arte será fornecida pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo.

12 1.000,0000 UN R\$ 0,15 R\$ 150,00

Bolso papel-ofício branco para livros: - medindo 19 cm de comprimento x 11 cm de largura, papel 75 g, branco, 4x0. A arte será fornecida pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo.

13 1.000,0000 UN R\$ 0,15 R\$ 150,00

Cartão devolução para Livros: - medindo 13 cm de comprimento x 8,5 cm de largura, sulfite 60 na cor branco, 4x4 cores. A arte será fornecida pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo.

14 20.000,0000 UN R\$ 0,50 R\$ 10.000,00

Guia informativo de projeto: - 10 páginas ou 15 folhas, 4 x 4 cor, 21 cm de altura x 15 cm de largura, fechado, acabamento grampeado, papel couche 170gr (capa e miolo), 01 dobra. Arte a ser fornecida pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Cultural, conforme a demanda.

**1.1.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.



### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

**3.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**3.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no Mercado, o órgão gerenciador deverá:

**3.3.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**3.3.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**3.3.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**3.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**3.4.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

**3.4.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**3.5.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**3.6.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**4.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

**4.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**4.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**4.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**4.1.4.** Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

**4.1.5.** Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**4.2.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.



**4.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

**5.1.** A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/93, e obedecidos aos requisitos pertinentes do § 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

**5.1.1.** As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

**5.1.2.** O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

**5.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**5.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**5.3.** A Vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**5.3.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**5.4.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**5.5.** A Vencedora deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.6.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante do Município, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **12 (doze) meses**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.



## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO**

7.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DA VENCEDORA**

8.1. A Vencedora obriga-se a:

8.1.1. Efetuar a entrega em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços.

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

8.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.2. O Município obriga-se a:

8.2.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Vencedora, através de servidor especialmente designado;

8.2.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## **CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a data de entrega e **aceitação dos produtos pelo gestor do contrato**, mediante apresentação de Nota Fiscal.

9.2. Não será efetuado qualquer pagamento à Vencedora enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**10.1.** A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**10.1.1.** O representante do Município deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**10.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material/equipamentos inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.

**10.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme o estabelecido na Seção II do Capítulo IV – Das Sanções Administrativas da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Decreto Municipal nº 3.198/07.

**11.1.** Caso a empresa vencedora se recuse a fornecer o objeto contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:

**a)** advertência, por escrito:

**b)** multa sobre o valor do item.

**c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**11.1.1.** Caso a vencedora não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério do Município a sua aceitação.

**11.1.2.** Vencido(s) o(s) prazo(s), o Município oficializará à vencedora comunicando-a da data limite.

**11.1.3.** A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada as sanções de que trata o subitem 14.1.

**11.1.4.** A sanção de advertência será aplicada, por escrito, caso a inadimplência ou irregularidade cometida pela vencedora acarrete consequências de pequena monta.

**11.1.5.** Pela inexecução total da obrigação, o Município rescindir o contrato, podendo aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do item.

**11.1.6.** Em caso de inexecução parcial da obrigação, poderá ser aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do item.



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM**  
Secretaria Municipal de Administração  
Divisão de Compras e Licitações  
- Divisão de Licitações -

**11.1.7.** No caso de reincidência, ou em situações que causem significativos transtornos, danos ou prejuízos à Administração, será aplicado ao licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato, e das demais cominações legais.

**11.1.8.** Caracterizada situação grave, que evidencie dolo ou má-fé, será aplicada ao licitante a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**11.2.** As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do Município, pela vencedora, serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor do Município e, ou cobrados judicialmente.

**11.2.1.** Se a vencedora não tiver valores a receber do Município, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

**11.3.** A aplicação de multas, bem como a rescisão do contrato, não impedem que o Município aplique à vencedora as demais sanções previstas no subitem 14.1.

**11.4.** A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do **Pregão Presencial** para **REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2021** e a proposta da empresa.

**12.2.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto nº 3.931, de 2001, da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

**12.3.** O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de Erechim, com exclusão de qualquer outro.

Erechim, 02 de junho de 2021.



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM**  
Secretaria Municipal de Administração  
Divisão de Compras e Licitações  
**- Divisão de Licitações -**

---

IZABEL CRISTINA ROCHA MARINHO RIBEIRO  
Secretária Municipal Adjunta de Administração

---

Lisiane Copetti Vendruscolo  
NOVAGRAFF EDITORA GRÁFICA LTDA